

# Governo garante livros para os alunos carentes

*Educação*

- 4 FEV 1993

CORREIO BRAZILIENSE

O Governo doará 25 milhões de livros didáticos e kits escolares para todos os alunos matriculados na rede oficial de ensino de primeiro grau (1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série). Para isso, serão investidos Cr\$ 1 trilhão, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE). A medida foi anunciada ontem, no Palácio do Planalto, pelo ministro da Educação, Murílio Hingel, e faz parte do programa educacional do governo Itamar Franco para o ano letivo de 1993.

Os livros didáticos, selecionados pelos próprios professores, e os kits escolares (caderno, lápis, borracha, régua, esquadro e blocos de papel) serão enviados à rede de ensino pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Além da distribuição gratuita do material escolar, o Ministério da Educação vai abastecer os postos de venda da Fundação de Assistência ao Estudan-

te (FAE) espalhados por todo o País.

O programa educacional do Governo não se restringe apenas à distribuição de material didático. O Ministério da Educação repassará aos estados e municípios, somente neste primeiro semestre, um total de Cr\$ 13,6 trilhões, que serão utilizados na construção, ampliação, reforma e modernização da rede pública. "Vamos investir na melhoria da qualidade do ensino público. Acabou a fase do FNDE aplicar seus recursos no mercado financeiro", afirmou Murílio Hingel.

Os recursos começam a ser liberados a partir do próximo dia 12. De imediato, serão repassados Cr\$ 1,5 trilhão relativos à cota estadual do salário-educação (Cr\$ 487 bilhões) e a antecipação da primeira cota do sistema de manutenção do ensino (Cr\$ 666 bilhões), pre-

vista para o mês de abril.

Em março, o Governo inicia o repasse dos Cr\$ 13 trilhões, dentro do protocolo de cooperação técnica e financeira que será assinado com os secretários de Educação. Deste total, 60 por cento serão repassados aos estados e ao Distrito Federal (Cr\$ 7,9 trilhões), 15 por cento para as capitais (Cr\$ 1,8 trilhões) e 25 por cento para os demais municípios do País (Cr\$ 3,2 trilhões). A liberação destes recursos será condicionada à elaboração de projetos de melhoria educacional, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação.

Antes de dar prosseguimento à distribuição de merenda escolar, o Governo vai reavaliar o programa com a equipe econômica. De acordo com o ministro Murílio Hingel, a determinação do Governo é descentralizar a compra e distribuição da merenda,